



O IHGB e a *Sociedade do Conhecimento*

Arno Webling*

Matéria extraída da alocução proferida na cerimônia de posse da nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual o autor é Presidente.

A conjuntura de fim de século e de milênio, sem que nos mova uma superstição gregoriana, é *locus* simbólico para que, considerando as tendências conhecidas de nossa conjuntura histórica projetemos algumas perspectivas e nelas procuremos enquadrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB.

Os puristas da periodização histórica podem objetar que a virada secular não ocorre necessariamente no fim aritmético de um século. Afinal, costuma-se datar o século XVII, num enfoque que privilegia a história econômica entre 1590, o fim de um ciclo de expansão, e 1720 ou 1730,

o início da Revolução Agrária na Inglaterra. Muito antes, Voltaire já o chamara de *século de Luís XIV*, que viveu entre 1638 e 1715. Nosso século XX já foi considerado pelo historiador Hobsbawn *curto*, por que teria transcorrido entre dois momentos da história russa de significado mundial: o início e o fim da União Soviética.

Porém, e se mudarmos nossas lentes e nossa perspectiva? Olhado do ponto de vista das relações internacionais, o século XX talvez comece em 1919, momento em que os Estados Unidos ocuparam a grande cena internacional. Ou terá sido em 1898, quando tomaram Cuba e as Filipinas? Ou será mais significativo optar pela teoria da

relatividade, em 1905, ou pelo dadaísmo do primeiro pós-guerra?

Não havendo senão respostas contingentes aos critérios escolhidos e existindo uma multiplicidade de perspectivas igualmente dignas de contemplação, optemos pelo simbolismo cronológico das datas redondas, amparados pela neutralidade da aritmética.

No ano 2000 é um consenso nos meios intelectuais e naqueles de poder decisório apontar que os anos vindouros serão dominados pelo conhecimento, sobretudo nas suas vertentes científica e tecnológica.

Isso significa dizer que os campos teóricos aos quais nos dedicamos no Instituto - a história, a geografia e as demais ciências

* Professor.

sociais - estarão sendo profundamente influenciadas por essas transformações no quadro geral do conhecimento. Este modificou, por sua vez, estruturalmente, sua própria concepção. No início do século XX, em pleno reinado da epistemologia newtoniana, havia uma ciência-matriz, a física, constituída em paradigma de construtos lógicos, procedimentos metodológicos e resultados empíricos.

Quando essa física, em seus pressupostos deterministas e indutivistas, deixou de constituir um modelo confiável para as demais ciências e o conhecimento como um todo, houve margem para a reestruturação do saber que vivenciamos ao longo do século. Ninguém mais diria, como Thomas Huxley no século XIX, que a ciência nada mais é do que o senso comum treinado e organizado. Ao contrário, houve filósofos, como Bachelard, que o consideraram justamente um *obstáculo epistemológico*.

A história e as demais ciências sociais, em função desses *turning points* teóricos, alteraram-se profundamente no século XX. Nada mais das antigas ilusões cientificistas de positivistas, marxistas ou

evolucionistas, com suas leis objetivas de história: o manual de Langlois e Seignobos e as *leis históricas* de Kurt Breysig entraram para o rol das referências datadas e superadas.

Surgiram, em lugar das leis, conceitos e interpretações suscetíveis de reformulação pelo embate com o mundo empírico, quer na visão analítica, quer na visão hermenêutica da fenomenologia histórica. Pensa-se teoricamente no *respeito às regras do jogo*, como Aron, inspirado em Weber, nas *regras da comunidade científica* de Kuhn ou na *refrutabilidade das teorias*, em Popper.

Combinaram-se, também, diferentes abordagens, por motivo da criação de novos campos. Se há uma engenharia genética ou uma bioética, existe também uma história antropológica (ou será uma antropologia histórica?), além de discussões como o de saber se a história econômica ou a história social possuem densidade histórica própria ou se são uma economia e uma sociologia retrospectivas, como indagou, nos anos 70, Pierre Chaunu.

Essas tendências permitem-nos dizer com razoável

probabilidade de acerto que, no quadro de mutação geral do conhecimento, as ciências sociais continuarão se modificando, talvez fundindo-se algumas e criando-se novas. E que terão papel significativo no desenho futuro desse conhecimento, porque são um segmento relevante dele, na medida que seu objeto é o homem - homem psicológico, social, econômico, político; numa palavra, a cultura que envolve o homem e através da qual ele compreende, ortegueamente, sua circunstância, isto é, a natureza e os outros homens.

A história e, por extensão, todas as ciências sociais, têm um papel relevante na sociedade do conhecimento não somente por serem elas próprias campos teórico-metodológicos refinados e que produzem saberes logicamente cognoscíveis, mas também porque o homem é um animal simbólico, como queria Cassirer. Como animal simbólico, construtor de cultura o homem necessita desses campos que chamamos de ciências sociais para chegar, nesta nova sociedade, à compreensão do que seja o conjunto e a lógica interna desse conhecimento. Não

propriamente o enciclopedismo iluminista, nem mesmo a versatilidade do *polytechnicien* pós-napoleônico, mas, como diz Peter Drucker, uma nova atitude que nos levará a compreender os vários conhecimentos.

O mesmo autor nos diz que essa nova sociedade, fruto maduro de três revoluções industriais e mais de duzentos anos de crença no progresso e na modernidade, e na qual começamos a viver, *necessita da pessoa instruída mais do que qualquer sociedade anterior e o acesso à grande herança do passado terá que ser um elemento essencial*. Essa herança, entretanto, diz ainda Drucker, não pode limitar-se à visão judaico-cristã do humanismo, devendo abrir-se a outras tradições culturais, nem deverá ser tão *livresca* como a educação liberal, pois precisará de *percepção tanto quanto de análise*.

O Brasil entra no mundo da sociedade do conhecimento sem ter completado sua Revolução Industrial, vale dizer, sem ter resolvido problemas sociais, econômicos e culturais graves, historicamente sedimentados. As comemorações

dos 500 anos do descobrimento, como anteriormente as comemorações dos centenários da abolição da escravatura e da república, vêm suscitando discussões como as da efetiva extensão da cidadania e da igualdade de oportunidades, que passam por outras como a distribuição de renda e o exercício do poder.

A consciência das dificuldades freqüentemente orienta a correta identificação dos problemas e as opções para o seu enfrentamento. Nesse ponto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode dar sua contribuição, contribuindo para o esclarecimento de questões e a formação cultural do *Gebildete Mensch* de que a nova sociedade do conhecimento tanto precisará. Não estará, aliás, fazendo nada diferente do proposto pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, no discurso inaugural, que consta do primeiro número de nossa Revista, em 1839. Nele, dizia o 1º Secretário Perpétuo, referindo-se aos homens públicos beneficiados pelo trabalho do Instituto:

Eles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a história da pátria, expurgada de tantos

erros, enriquecendo o seu espírito de conhecimentos interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos dos seus concidadãos.

As comemorações dos 500 anos do descobrimento, como anteriormente as comemorações dos centenários da abolição da escravatura e da república, vêm suscitando discussões como as da efetiva extensão da cidadania e da igualdade de oportunidades, que passam por outras como a distribuição de renda e o exercício do poder.

Da combinação dessas idéias, assim adquiridas, nascerão princípios de que deduzam novos conhecimentos, que ilustrem a carreira de sua vida, tornando-se mais profícuos os seus serviços em benefício da pátria.

Se o *take off* de Rostow, atualmente, baseia-se mais do que em nenhum processo anterior, no conhecimento, é preciso, mais do que em nenhum momento anterior, produzir conhecimento, difundir conhecimento, formar quadros detentores de conhecimento. As instituições educacionais, científicas e culturais não podem perder a oportu-

tunidade única de dar essa contribuição ao Brasil e à sua sociedade.

E o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que trabalha com a base física brasileira - a geografia - e a rede de relações sociais que nela se estabeleceu - a história, pode e deve dar sua contribuição à inserção do País na sociedade do conhecimento, como sujeito ativo do processo produtor de saberes e interlocutor de diálogos frutíferos que estimulem o conhecimento especializado e o cultivo de valores como o respeito à alteridade e à tolerância. E não como sujeito passivo de uma globalização da qual recebe apenas os produtos midiáticos que, quase sempre, transmitem contravalores ao sabor dos interesses de um ente histórico, o mercado, ao qual alguns atribuem as virtudes do Criador, radicalizando uma perspectiva que sequer se encontra em Adam Smith.

No momento em que se consolida - por décadas, por séculos? - a sociedade do conhecimento; em que, no Brasil, começa a preocupar seriamente a defasagem entre necessidades científicas e tecnológicas e os recursos efetivamente disponíveis nessas áreas; e em que, coincidentemente, se reflete, por ocasião das comemorações dos 500 anos, de modo mais extensivo sobre a formação brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deve alçar sua voz para reiterar o que é um verdadeiro truismo, embora em setores tidos como avançados e pragmáticos frequentemente não tenha encontrado ressonância:

- que a pesquisa em história e nas demais ciências sociais é indispensável ao desenvolvimento harmônico da pesquisa científica em geral, não devendo esta restringir-se exclusivamente às ciências

as ditas exatas e aplicadas ou à tecnologia;

- que a formação cultural geral, menos como enciclopédia de conhecimentos e mais como compreensão do processo de sua formulação, é elemento indispensável do patrimônio intelectual de um povo;

- que a investigação humanista, aqui incluída a filosofia e a pesquisa em história e nas demais ciências sociais, é elemento indispensável na formação cultural geral, de uma sociedade.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encerrará o século e o milênio com a convicção de que saberá responder aos desafios contidos nessas tendências, projetando para o novo século e para o novo milênio a esperança de que essas respostas irão contribuir para a construção de uma ciência mais rica, uma cultura mais densa e uma sociedade mais aberta. ◉

“À Pátria tudo se deve dar. À Pátria nada se deve pedir – nem mesmo compreensão.”

Siqueira Campos